

DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE-UEMS Nº 211, de 3 de agosto de 2016.

Aprova normas para adequação e reformulação de projetos pedagógicos e/ou regulamentos dos cursos de pós-graduação “lato sensu” e programas de pós-graduação “stricto sensu” da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

A CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e, em reunião ordinária realizada em 3 de agosto de 2016,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar normas para adequação e reformulação de projetos pedagógicos e regulamentos dos cursos de pós-graduação *lato sensu* e programas de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Art. 2º A adequação é a retificação pontual em disciplinas, ementas, cargas horárias ou em outros elementos constitutivos do projeto pedagógico e/ou regulamento, que não caracterizem reformulação, desde que devidamente justificadas pelo Colegiado do Curso e/ou Programa, com anuência da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP).

Parágrafo único. A adequação poderá ser realizada por solicitação da PROPP, pela Coordenação do curso ou do programa à PROPP, desde que deliberada pelo Colegiado de Curso ou do programa, por meio de comunicação interna.

Art. 3º A reformulação de projeto pedagógico e/ou regulamento é o processo que visa à modificação substantiva da matriz curricular entre outros quesitos específicos dos cursos de pós-graduação *lato sensu* e programas de pós-graduação *stricto sensu*, decorrente de defasagens ou inadequações, tendo em vista às demandas da realidade ou de novas determinações legais.

Art. 4º O Colegiado dos cursos de pós-graduação *lato sensu* e programas de pós-graduação *stricto sensu* será responsável pela concepção, consolidação, acompanhamento e proposição para adequação ou reformulação do Projeto Pedagógico do Curso e/ou regulamento, em observância às normas vigentes.

Art. 5º Toda e qualquer proposta de reformulação referente ao projeto pedagógico e/ou regulamento deve ser operacionalizada somente após aprovação do órgão competente.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pela PROPP.

Art. 7º Esta Deliberação, após homologada pelo Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, entrará em vigor na data de sua publicação.

Dourados, 3 de agosto de 2016.

LUCIANA FERREIRA DA SILVA

Presidente - Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação CEPE-UEMS

Homologo em 9/8/2016.

LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO

Reitor em exercício - UEMS